



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO



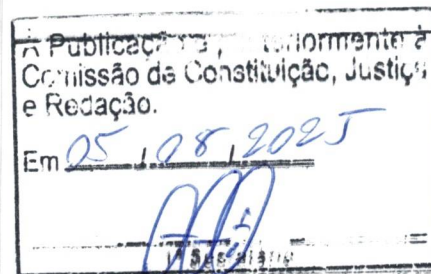
PROJETO DE LEI Nº 2064, DE 2025.

**Declara de Utilidade Pública Estadual a
Associação de Criadores e Vaqueiros de Peixe -
ACVAP.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS DECRETA:

Art. 1º É declarada de Utilidade Pública a Associação de Criadores e Vaqueiros de Peixe - ACVAP, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 51.192.682/0001-12.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



Justificativa

O presente Projeto de Lei tem por finalidade reconhecer como de Utilidade Pública Estadual a Associação de Criadores e Vaqueiros de Peixe – ACVAP, entidade sem fins lucrativos que exerce relevante papel social, econômico, cultural e esportivo no município de Peixe e região.

A ACVAP desenvolve atividades voltadas para a promoção, difusão e desenvolvimento dos esportes equestres, fomentando não apenas a prática esportiva, mas também a cultura local, valorizando tradições como a vaquejada, as provas de três tambores e as corridas de prado, que fazem parte do calendário tradicional da comunidade, especialmente durante o Festejo do Divino, realizado anualmente.

A entidade também se destaca pelo trabalho voltado à qualificação profissional, promovendo cursos, oficinas e treinamentos destinados a criadores, vaqueiros, pecuaristas, capatazes e demais trabalhadores do setor agropecuário, fomentando, assim, a geração de emprego, renda e o fortalecimento da cadeia produtiva ligada à equinocultura e à pecuária regional.

Deputado Léo Barbosa
Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins
Praça dos Girassóis, s/n - Centro, TO, 77001-002
Telefone: 3212-5085



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

No campo social, a ACVAP desenvolve ações de caráter solidário, incluindo campanhas de arrecadação de alimentos, roupas e brinquedos, além da realização de eventos beneficentes voltados para atender famílias em situação de vulnerabilidade social. Ademais, promove atividades educativas, esportivas e recreativas, voltadas para crianças, adolescentes, adultos e idosos, contribuindo significativamente para o bem-estar e a integração social da comunidade.

Cumprе ressaltar, ainda, que a Associação mantém compromisso com a promoção da ética, da cidadania, dos direitos humanos e da democracia, além de atuar em ações voltadas para a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e na promoção do desenvolvimento sustentável, alinhando-se, portanto, aos princípios constitucionais que regem a ordem econômica, social e ambiental.

Por todo o exposto, fica evidente que a Associação de Criadores e Vaqueiros de Peixe – ACVAP atende plenamente aos requisitos estabelecidos para a concessão do título de Utilidade Pública Estadual, sendo justa e meritória a presente propositura, que visa reconhecer e fortalecer as atividades por ela desenvolvidas em prol da coletividade.

Diante da relevância social, cultural, esportiva, econômica e ambiental dos serviços prestados pela entidade, conclamo o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente Projeto de Lei.


Léo Barbosa
Deputado Estadual

Deputado Léo Barbosa
Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins
Praça dos Girassóis, s/n - Centro, TO, 77001-002
Telefone: 3212-5085

[Imprimir](#)

Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins de Palmas - TO
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

RECIBO DE ENVIO DE PROPOSIÇÃO

Código do Documento: **P36b7efe5daf8e909e16f348c695da0d4K14279**

Tipo de Proposição: **Projeto de Lei da Casa**

Autor: **LÉO BARBOSA**

Enviada por: **Leo Barbosa (dep.leo.barbosa)**

Descrição: **Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Criadores e Vaqueiros de Peixe - ACVAP.**

Data de Envio: **17/06/2025 15:01:30**

Declaro que o conteúdo do texto impresso em anexo é idêntico ao conteúdo enviado eletronicamente por meio do sistema SAPL para esta proposição.



LÉO BARBOSA



ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES E VAQUEIROS DE PEIXE- ACVAP

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, FINALIDADE, SEDE, JURISDIÇÃO, COMPETÊNCIA E PRAZO DE DURAÇÃO.

Art. 1º- Com a denominação de **ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES E VAQUEIROS DE PEIXE - ACVAP**, fundada no dia 24/05/2023, na cidade de Peixe, Estado do Tocantins, uma sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado sem fins econômicos, com prazo indeterminado, com sede provisória localizada no Setor Aeroporto, Quadra 89, Lote 16 em Peixe-TO, com jurisdição no estado de Tocantins, regendo-se pela seguinte Legislação: artigo 5º, XVII e XX da Constituição Federal, art. 121 da Lei nº 6015/73, artigo 46, 54 e 1151 da Lei Nº 10.406/2002 e pelo presente estatuto e disposições que lhe forem aplicadas. Vejamos o que diz os artigos ora citados:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;
XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

LEI Nº6015/73

Art. 121. O registro será feito com base em uma via do estatuto, compromisso ou contrato, apresentada em papel ou em meio eletrônico, a requerimento do representante legal da pessoa jurídica. (Redação dada pela Lei nº 14.382, de 2022)

§ 1º E dispensado o requerimento de que trata o caput deste artigo caso o representante legal da pessoa jurídica tenha subscrito o estatuto, compromisso ou contrato.

§ 2º Os documentos apresentados em papel poderão ser retirados pelo apresentante nos 180 (cento e oitenta) dias após a data da certificação do registro ou da expedição de nota devolutiva.

§ 3º Decorrido o prazo de que trata o § 2º deste artigo, os documentos serão descartados.

Wesley B. Fumi
Wesley

CÓDIGO CIVIL

Art. 46 . O registro declarará:

- I - a denominação, os fins, a sede, o tempo deduração e o fundo social, quando houver;
- II - o nome e a individualização dos fundadoresou instituidores, e dos diretores;
- III - o modo por que se administra e representa, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- IV - se o ato constitutivo é reformável no tocanteà administração, e de que modo;
- V - se os membros respondem, ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais;
- VI - as condições de extinção da pessoa jurídica e o destino do seu patrimônio, nesse caso.

Art. 54. Sob pena de nulidade, o estatuto das associações conterà:

- I - a denominação, os fins e a sede da associação;
- II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;
- III - os direitos e deveres dos associados;
- IV - as fontes de recursos para sua manutenção;
- V - o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos
- VI - as condições para a alteração as disposições estatutárias e para a dissolução.
- VII - a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas.

Art. 1.151. O registro dos atos sujeitos à formalidade exigida no artigo antecedente será requerido pela pessoa obrigada em lei, e, no caso de omissão ou demora, pelo sócio ou qualquer interessado.

§ 1 ° Os documentos necessários ao registro deverão ser apresentados no prazo de trinta dias, contado da lavratura dos atos respectivos.

§ 2 ° Requerido além do prazo previsto neste artigo, o registro somente produzirá efeito a partir da data de sua concessão.

§ 3 ° As pessoas obrigadas a requerer o registro responderão por perdas e danos, em caso de omissão ou demora.

Parágrafo Único - A Associação é constituída por número ilimitado de sócios, os quais não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela associação.

Wesley B. Furi

John

CAPÍTULO II

DOS FINS DA ASSOCIAÇÃO

Art. 2º - A Associação é órgão de representação e defesa de seus associados, e congregará os criadores de equinos e vaqueiros de Peixe e região.

Art. 3º - A Associação tem por finalidade;

- a) Representar e defender os interesses dos seus associados;
- b) Promover a difusão e o desenvolvimento dos esportes equestres;
- c) Colaborar com aperfeiçoamento dos esportes equestres em Peixe e cidades circunvizinhas;
- d) Manter convênio com outras entidades afins, visando um intercâmbio de benefícios mútuos em proveito dos esportes equestres;
- e) Auxiliar aos seus associados na importação do exterior ou de outras unidades da Federação, de produtos relacionados a cavalos, consequentemente dos esportes equestres;
- f) Cooperar nas exposições Agropecuárias Oficiais e promover ou participar de leilões de equinos, bovinos e outros;
- g) Organizar e manter cursos de qualificação e requalificação profissional e de formação de técnicos, pecuaristas, capatazes, trabalhadores e etc., a fim de trabalharem na criação do cavalo do esporte equestre;
- h) Promover provas de vaquejadas, de três tambores, prado e outros, lançando propaganda educativa e permanente sobre estas provas;
- i) Promover o bem estar entre os seus associados e boas relações entre estes e terceiros;
- j) Promover atividades educativas, sociais e recreativas;
- k) Promover o esporte e lazer aos seus associados e familiares;
- l) Promover assistência social para equidade no meio rural e outros;
- m) Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- n) Promover ações em defesa, preservação e conservação do meio ambiente para a promoção do desenvolvimento sustentável;
- o) Interagir com a União, Estado e municípios, através de convênios ou termo de parceria, na contribuição das políticas e programas públicos, na área do desenvolvimento e da seguridade social;
- p) Promover campanhas em ações em defesa da integridade física dos animais e dos vaqueiros;
- q) Orientar, difundir e incrementar a criação de equinos de raça, em todo o território do município de Peixe e região;
- r) Estimular o aproveitamento para a reprodução de garanhões e matrizes, favorecendo o aprimoramento da raça dos animais;
- s) Liderar as discussões a respeito das competições e da criação, envolvendo as Entidades de cavalo na busca da harmonização dos interesses de todos os envolvidos.
- t) Promoção da Cultura, uma vez que os Esportes Equestres já têm raízes fincadas na tradição peixense, como por exemplo, nas corridas de prado e na *tradicional cavalgada do Festejo do Divino, que ocorre anualmente*;
- u) Estimular o Lazer através do cavalo, para pessoas de todas as idades, bem como o Entretenimento provindo das corridas (prado, vaquejada e três tambores) e festividades que serão realizadas no Parque da ACVAP;
- v) Contribuir de maneira proativa com a Assistência Social, (cap. IV art. 20 deste estatuto), bem como a realização de bazares e corridas beneficentes em datas específicas, como o Dia das Crianças e o Natal, onde poderá ser doado roupas e brinquedos, por exemplo.

Wesley B. Fari

[assinatura]

CAPÍTULO III DO ASSOCIADO

Cartório do Registro de Pessoas
Físicas e Jurídicas
2.º de Notas e Tabelionato
Comarca de Peixe - TO
Ana de Queiroz Cavalcante
Oficiala e Tabeliã

DIRLEG-AL
Fls. 03

SEÇÃO I - DOS SÓCIOS, OBRIGAÇÕES E DEVERES.

Art. 4º- Todas as pessoas físicas ou jurídicas, legalmente organizadas, interessadas direta ou indiretamente no esporte equestre poderão ser sócios da associação dentro das seguintes categorias, desde que residente e domiciliado em Peixe e/ou cidades circunvizinhas:

- a) Fundadores;
- b) Beneméritos;
- c) Contribuintes.

Art. 5º- São sócios fundadores todos os que assinaram a ata de fundação da associação.

Art. 6º- O título de sócio benemérito será concedido pela diretoria aos sócios ou pessoas alheias a associação que prestaram serviços de alta relevância a ACVAP.

Parágrafo Único - o Sócio Benemérito alheio a associação poderá participar das assembleias e reuniões.

Art. 7º- Será sócio contribuinte aquele que pagar taxa de admissão e unidade fixadas pela diretoria, e que se enquadre no artigo 4º deste Estatuto.

Art. 8º- As propostas para admissão de sócio contribuinte serão abonadas por dois associados, por escrito e apresentada a diretoria que, depois de aprovada ou não, expedirá a respectiva comunicação.

Parágrafo Primeiro - A proposta deverá conter assinatura, nome do proposto, sua data de nascimento, filiação, estado civil, nacionalidade, profissão, comprovação de residência e assinatura dos sócios proponentes.

SEÇÃO II - DOS DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS

Art. 9º- São direitos dos sócios:

- a) Votar, desde que estejam em pleno gozo dos seus direitos sociais (pagamento em dias);
- b) So poderão ser votados os sócios fundadores;
- c) Ser assistido pela ACVAP dentro de suas possibilidades;
- d) Assistir as Assembleias Gerais e tomar parte dos debates;
- e) Debater assuntos de interesses da ACVAP.

Parágrafo primeiro - Não tem direito de votar e ser votado, o sócio benemérito, que seja alheio a ACVAP.

Parágrafo Segundo - Para poder votar é necessário que o associado esteja no quadro associativo da ACVAP há mais de 06 (seis) meses, antes da realização da Assembleia.

Wesley B. Furi

Wesley

Art. 10 - São deveres dos sócios:

- a) Zelar pelo cumprimento deste Estatuto;
- b) Cumprir as leis e decretos, portarias, resoluções, regulamentos e demais atos baixados pela Diretoria;
- c) Acatar as decisões da diretoria e da Assembléia Geral;
- d) Comparecer às reuniões e Assembleias;
- e) Manter em dia o pagamento de sua anuidade;
- f) Desempenhar com zelo os cargos e funções designadas pela diretoria.

SEÇÃO III - DAS PENALIDADES

Art. 11- Os sócios que deixarem de cumprir as determinações deste Estatuto, estarão sujeito as penalidades de:

- a) Advertência, verbal ou escrita;
- b) Suspensão;
- c) Eliminação.

I - As penas de advertência e suspensão serão aplicadas pela Diretoria, contra membros desta, quando será atribuição da Assembleia Geral.

II - A pena de eliminação será executada pela Diretoria quando se trata de sócio contribuinte; quando aos sócios beneméritos e fundadores, serão impostas pela Assembleia Geral.

Art. 12 - As penalidades previstas no Art. 11 serão aplicadas quando os associados infringirem as normas deste estatuto.

Art. 13 - Será eliminado o sócio que estiver atrasado em 03 (três) mensalidades, sem justificativas e não saldarem seus débitos dentro do prazo estabelecido pela diretoria.

Art. 14 - O sócio fundador, benemérito ou contribuinte, que for eliminado por falta de pagamento, somente poderá retomar ACVAP após cumprir todas as obrigações e débitos existentes.

Art. 15 - O sócio que se tornar, por qualquer meio, prejudicial aos objetivos da ACVAP, será eliminado pela diretoria, podendo recorrer à assembleia geral, no prazo de 30 dias, contados a partir da notificação da penalidade por escrito.

Art. 16 - Qualquer que seja a penalidade imposta pela diretoria, somente poderá ser revogada por 2/3 dos sócios que estejam em dias com suas obrigações.



Wesley B. Fui

Wesley

CAPÍTULO IV

DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

Art. 17 - O patrimônio da ACVAP será constituído por:

- a) Bens Móveis, adquiridos por compra ou doação;
- b) Rendimentos de seus Investimentos;
- c) Rendimentos sobre as vendas de Produtos e Serviços;
- d) Contribuições resultantes de parceria ou convênios com Instituições Públicas ou Privadas;

Art. 18 - Os bens móveis e imóveis da ACVAP, só poderão ser alienados e/ou onerados com a aprovação da Assembleia Geral.

Parágrafo Único - A cada transferência de uma para outra Diretoria, os bens da ACVAP, serão arrolados em inventários, e registrados no livro de atas.

Art. 19 - A receita será constituída de:

- a) A unidade paga pelos sócios;
- b) Contribuições e doações que forem concedidas por qualquer entidade;
- c) Rendas eventuais ou taxas diversas;
- d) Aluguel de imóveis;
- e) Renda de leilões;
- f) Promoção social;
- g) Rendimentos sobre a Comercialização dos produtos;
- h) Subvenções Sociais;
- i) Convênios e termo de parcerias com Entidades Públicas ou Privadas;
- j) Taxas de prestações de serviços;
- k) Participação no lucro dos eventos realizados pela ACVAP juntamente com outras instituições.



Cartório do Registro de Pessoas Jurídicas
Títulos, Documentos, Protestos e Tabelionato
2.º de Notas
Comarca de Peixe - TO
Ana de Queiroz Cavalcante
Oficial e Tabelião

Wesley B. Faria

Wesley B. Faria

CAPÍTULO V

DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS.

DIRLEG-AL
Fis. 11
Cartório do Registro de Pessoas Jurídicas
Títulos Documentos, Protestos e Tabelionato
2.º de Notas
Comarca de Peixe - TO
Ana de Queiroz Cavalcante
Oficial e Tabelião

SEÇÃO I - DAS ASSEMBLEIAS, DA DIRETORIA E ESPORTIVA

Art. 20 - São órgãos de deliberação e administração, respectivamente;

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho esportivo;
- d) Comissão de avaliação.
- e) Conselho Fiscal

Art. 21- A Assembléia geral é o órgão soberano da associação, com poderes para deliberar sobre todas as matérias da ACVAP, eleger o presidente, e empossar a diretoria.

Art. 22- compete a assembleia geral:

- a) Eleger o presidente, e destituir membros da diretoria;
- b) Deliberar sobre prestações de conta da diretoria;
- c) Promover alterações no estatuto;
- d) Aprovar a indicação de sócios beneméritos;
- e) Aplicar penalidades aos membros da diretoria;

Parágrafo Único - Para deliberar sobre a destituição de membros da diretoria, faz-se necessário quórum de 2/3 (dois terços) dos associados da ACVAP.

Art. 23 - A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente por convocação do presidente da ACVAP.

I - A Assembleia Geral se reunirá ordinariamente uma vez ou mais por ano e extraordinariamente sempre que necessário.

II-Excepcionalmente, a assembleia geral poderá ser convocada extraordinariamente, pelo presidente, pela maioria simples da diretoria, por 2/3 (dois terços) dos seus associados, que estejam em pleno gozo dos seus direitos, respectivamente, e será sempre motivada.

III - As convocações das Assembléias Gerais, Ordinária e Extraordinária, serão feitas por editais, afixados na sede da ACVAP, com antecedência mínima de 08 (oito) dias, ou em outros meios que se julguem necessário, segundo critérios da diretoria.

Art. 24 - A Assembléia geral delibera em:

- a) Em primeira convocação, funcionará com a presença da maioria simples dos sócios no pleno gozo dos seus direitos sociais, além dos membros da diretoria;
- b) Em segunda convocação, funcionará e deliberará com a presença de qualquer número de associados.

Wesley B. Fin. W. B. Fin.

Parágrafo Único - As deliberações da Assembléia geral ordinária só terão validade com a aprovação de 50% (cinquenta por cento) dos associados presentes e as extraordinárias com a aprovação de 2/3 (dois terço), dos associados presentes.

Art. 25 - A Assembléia geral só poderá deliberar sobre a matéria para a qual for convocada.

Art. 26 - Será lavrada ata circunstanciada das ocorrências das assembleias e das reuniões de diretoria e serão assinados pelos diretores e associados presentes.

Art. 27- A Assembléia Geral será presidida pelo presidente da associação, e na falta deste.

I - Pelo vice-presidente, e na falta deste, será presidida respectivamente, pelo 1º Secretário, 1º Tesoureiro, Diretor de Esporte, ou pelo sócio que for aclamado, pelos sócios hábitos para este fim.

II - Na vacância dos cargos da diretoria serão convocadas novas eleições direta, no prazo de 15 (quinze) dias, através da Assembléia Geral extraordinária.

Art. 28 - As deliberações da Assembléia Geral são tomadas por maioria de votos.

Parágrafo Primeiro - É facultado nas Assembléia gerais, à representação de um sócio por outro, mediante autorização com firma reconhecida.

Parágrafo Segundo - Quando a representação tiver por fim a eleição do presidente, o sócio que delegar a representação indicará o nome do candidato que deseja votar.

SEÇÃO II - DA DIRETORIA

Art. 29 - A Presidência da ACVAP será eleita por Assembleia Geral, convocada efetivamente para este fim, por maioria simples de voto secreto ou não, sendo a mesma convocada com 10 (dez) dias de antecedência.

I - Se por ventura não houver outra chapa para concorrer na eleição, à definição será feita por aclamação.

II - A Diretoria definirá se a eleição será com voto secreto ou não.

Art. 30 - A Diretoria será composta de:

- a) 01 Presidente;
- b) 01 Vice- Presidente;
- c) 01 Secretário;
- d) 01 Tesoureiro;
- e) 01 Diretor de Marketing;
- f) 01 Diretor técnico;
- g) 01 Diretor Jurídico.
- h) 01 Diretor de Obras

Cartório do Registro de Pessoas Jurídicas,
Títulos, Documentos, Protestos e Inventário

2º de Notas

Comarca de Foz de Iguaçu

DIRLEG-AL
Fls. 12
Ass. do Cartório: Círculo

Wesley B. F. M.

UP-ter

Ana de Queiroz Cavalcante
Oficiala e Tabeliã



Art. 31 - A Diretoria reunir-se-á:

- a) Ordinariamente, uma vez por mês;
- b) Extraordinariamente, sempre que convocada pelo presidente, ou pela maioria da Diretoria, ou ainda, por 2/3 (dois terços) dos associados com direito a voto, e que estejam em dias com suas obrigações.

SEÇÃO IV - DO CONSELHO ESPORTIVO

Art. 32 - O conselho esportivo é o órgão colegiado encarregado da prevenção dos princípios institucionais, com poderes para deliberar, cabendo-lhe principalmente:

- a) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto;
- b) Aprovar os Regulamentos e as normas dos eventos esportivos da Associação;
- c) Presta assessoria ao diretor esportivo na realização dos eventos da ACVAP;
- d) Apreciar e decidir, em tempo hábil, sobre recursos interpostos contra os competidores, dando conhecimento da resolução ao interessado.

Art. 33 - Será composto por 08 (oito) membros efetivos seguindo os preceitos das eleições da Diretoria Executiva.

CAPÍTULO VI DAS ELEIÇÕES

Art. 34 - A eleição para presidente da ACVAP será realizada a cada 2 (dois) anos, e no mês de junho.

I - Em caso de empate para cargo de presidente, será considerado eleito o mais idoso.

Art. 35 - O mandato dos membros da Diretoria será considerando extinto nos casos de:

- a) Morte;
- b) Invalidez Permanente;
- c) Renúncia por escrito;
- d) Não comparecendo as 03 (três) sessões consecutivas e 05 (cinco) Intercaladas;
- e) Procedimentos incompatíveis com o exercício da função;
- f) Condenação por crime inafiançável ou de responsabilidade.

Parágrafo Único - A pena de perda do mandato que trata do caput deste artigo, só poderá ser aplicada por decisão da assembleia geral.

Art. 36 - O associado para concorrer a eleição de presidente, deverá preencher

Wesley B. Faria

Wesley

os requisitos abaixo, e apresentar até a inscrição:

- a) Ter no mínimo 12 (doze) meses de associados, e estar em dia com a Tesouraria da ACVAP.
- b) Certidão Negativa por crime, fornecido pelo cartório distribuidor da comarca de Peixe e, também, do cartório distribuidor criminal da comarca que residir.

CAPÍTULO VII

DAS ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES EXECUTIVAS

Art. 37 - A Diretoria compete:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e bens da associação, promovendo por todos os meios o seu engrandecimento;
- b) Elaborar e modificar, sempre que for necessário o regulamento interno;
- c) Decidir sobre as propostas para a admissão de sócios;
- d) Conferir a sócio ou pessoa estranha a associação, o título de Sócio Benemérito por merecimento;
- e) Advertir e suspender os sócios que mereçam tais penas;
- f) Cumprir e fazer cumprir, as disposições dos regulamentos internos da associação e do presente estatuto;
- g) Fixar anualmente o valor da anuidade de seus associados;
- h) Resolver os casos omissos deste estatuto;
- i) Convocar as assembleias gerais, Ordinárias e Extraordinárias;
- j) Criar e organizar departamentos especializados;
- k) Estabelecer normas para a contabilização das receitas e despesas, conforme as normas brasileiras de contabilidade.

Art. 38 - compete ao presidente:

- a) Cumprir e fazer cumprir as determinações deste estatuto;
- b) Executar as determinações da Assembleia Geral, Ordinária e Extraordinária;
- c) Convocar e presidir as reuniões da diretoria, Assembleia Geral e exercer o voto de desempate;
- d) Contratar, demitir e fixar salários de empregados da ACVAP;
- e) Assinar juntamente com o Tesoureiro os cheques, avais e fiança de interessada ACVAP;
- f) Autorizar as despesas;
- g) Assinar com o Secretário as Atas de reuniões da Diretoria e das Assembleias, juntamente com os Diretores e os associados presentes;
- h) Supervisionar as atividades da ACVAP;
- i) Criar os departamentos que julgar necessário para o cumprimento das

Wesley B. F.

[assinatura]

finalidades Estatutárias;

- j) Representar a ACVAP ativa e passivamente, em juízo ou extrajudicialmente, perante repartições ou órgãos públicos, podendo designar representantes;
- k) Nomear diretores para departamentos especializados que forem criados;
- l) Autorizar despesas e nomear comissões para incumbências eventuais;
- m) Assinar contratos quando autorizados pela diretoria;
- n) Proclamar o resultado das deliberações tomadas pelas diretorias, assinando com o Secretário, as Atas dos trabalhos depois de aprovadas, juntamente com os diretores e os associados presentes.

Art. 39 - Compete ao Vice-Presidente;

- a) Substituir o presidente em sua ausência, cumprindo todas as suas funções;
- b) Auxiliar o presidente no que for necessário quando o solicitado.

Art. 40 - Compete ao Tesoureiro.

- a) Controlar as finanças da ACVAP, e apresentar mensalmente ou sempre que for solicitado pelo Presidente os documentos de receitas e despesas;
- b) Assinar com presidente os cheques, avais e fianças, do interesse da ACVAP, para pagamentos dos compromissos financeiros e ordens de pagamento;
- c) Firmar os recibos de pagamentos efetuados pela ACVAP;
- d) Elaborar os balanços da ACVAP, e apresentar a Diretoria e a Assembleia Geral, no final de cada exercício;
- e) Superintender os serviços gerais da tesouraria;
- f) Arrecadar a receita geral da Associação;
- g) Fazer todos os pagamentos das despesas gerais da associação, mediante documentos fabricados pelo Presidente;
- h) Recolher a um estabelecimento de crédito as quantias a seu poder.

Art. 41 - Compete ao diretor de Marketing:

- a) Elaborar todo material de divulgação da ACVAP, e seus eventos;
- b) Promover a divulgação da associação e dos esportes equestres;
- c) Receber e acompanhar as personalidades convidadas pela entidade para suas festividades e atos solenes.

Art. 42- Compete ao Diretor Técnico:

- a) Prover e organizar eventos esportivos que divulguem a Associação e ao esporte equestre;
- b) Elaborar um calendário anual das provas que serão apoiadas pela ACVAP;
- c) Nomear assessores, obrigatoriamente sócios da ACVAP e de comum





acordocom o Presidente, para os diversos tipos de competições equestres.

- d) Responder por todos os assuntos de natureza técnica da Associação;
- e) Orientar e incrementar a criação de equinos, quer mediante auxílio, quer mediante autorização pela Diretoria, quer pela divulgação de ensinamentos técnicos visando o a aperfeiçoamento e a qualidade do cavalo de competição;
- f) Supervisionar, do ponto de vista técnico, as atividades previstas

Art. 43 - Compete ao Diretor jurídico: Responsável por toda parte jurídica na qual aACVAP faça parte.

Art. 44 - Compete aos Suplentes: Substituir os membros da Diretoria na falta dos mesmos.

Art.45 - Compete ao Secretário:

- a) Superintender todos os trabalhos de Secretaria Geral da Associação;
- b) Organizar o expediente;
- c) Lavrar as atas das reuniões da Diretoria assinando-as com o Presidente;
- d) Assinar correspondência da Associação salvo nos casos em que seja exigidaa assinatura do Presidente;
- e) Cuidar dos livros oficiais, fichários e arquivos da Associação;
- f) Incumbir-se dos serviços de estatísticas da criação dos animais e dos eventosrealizado no estado do Tocantins;
- g) Manter sob sua responsabilidade as publicações da Associação.

CAPÍTULO VIII

PRESTAÇÕES DE CONTAS

Art. 46 - A Associação observará a prestação de contas nos seguintes modos: - Observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das normas brasileiras de contabilidade;

- Que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-se as disposições para exame de qualquer cidadão;

- A realização da auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objetos do termo de parceria, conforme previsto em regulamento;

- A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebida pelas Organizações da sociedade civil de Interesse Público será feita conforme determina o Parágrafo Único do Art. 70 da Constituição Federal.

Wesley B. Faria

[assinatura]

Arquivo do Registro de Pessoa Jurídica
Atas, Documentos, Ata e Tabelião
Comarca de Peixe-TO
Ana de Queiroz Carneiro

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 47 - O presente estatuto e a destituição dos administradores são exigidos o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes a assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

Art. 48 - A ACVAP somente poderá ser dissolvida mediante a Assembleia Geral, por decisão de pelo menos 2/3 (dois terços) dos sócios em pleno gozo dos seus direito, e seu patrimônio líquido, depois de deduzidas as dívidas e cotas, será destinado a entidade fins não econômicos semelhantes, a qualificação nos termos da Lei 9.790/99.

Art. 49 - Caso na hipótese da pessoa jurídica perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquiridos com recursos públicos, durante o período em que pendurou aquela qualificação será transferido à outra pessoa jurídica qualificada nos termos da lei citada no presente artigo, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

Art. 50 - Os casos omissos deste Estatuto que não possam ser resolvidos por analogia ou jurisprudência serão submetidos a Diretoria.

Art. 51- Os Diretores e os sócios, responderão por danos causados a ACVAP, por dolo, fraude ou má fé, ou implique na violação a este Estatuto.

Art. 52 - Todos os cargos que ocupa a diretoria da ACVAP serão exercidos gratuitamente.

Art. 53 - Os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela diretoria.

Art. 54 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e serão referendados pela Assembleia Geral, ficando eleito o fórum da comarca de Peixe-TO, para sanar possíveis dúvidas.

Art. 55 - O presente instrumento foi acompanhado pelo Diretor Jurídico Dr. Helder Henrique Pinto, OAB/TO 11097, responsável pela Assinatura e legalidade do presente estatuto em obediência a legislação brasileira.

Reconheço
2.º Ofício

Presidente: Wesley B. Fiu

Reconheço
2.º Ofício

Diretor Jurídico: Helder Henrique Pinto

1º TERMO ADITIVO AO ESTATUTO DE CRIADORES E VAQUEIROS DE PEIXE - ACVAP

DIRLEG-A
Fls. 18
[Assinatura]

1º Termo aditivo ao Estatuto de Criadores e Vaqueiros de Peixe - ACVAP, Protocolo no Livro nº 03, folha 99, sob nº 15.737, as 16:30 horas demonstrado no livro nº A-5, às folhas 151/164 sob nº 766, Peixe - TO 19/02/2025.

Pelo presente instrumento, **WESLEY BATISTA FERREIRA**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG 770.487 SSP TO, inscrito no CPF sob o nº 003.344.241-00, residente e domiciliada na Rua 03, Quadra 03, Lote 04, Setor Aeroporto, cidade de Peixe/TO, CEP: 77460-000, na qualidade de PRSIDENTE DE ACVAP e **HELDER HENRIQUE PINTO**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 392.585 SSP TO, e do CPF nº 008.008,031-67, OAB/TO nº 11097, residente e domiciliada na Rua Pedro Pinheiro, quadra 06, Lote 12, Centro, Peixe -TO, CEP: 77460-000, na qualidade de DIRETOR JURÍDICO, vêm, pelo presente instrumento, **ADITIVAR** o Estatuto de Criadores e Vaqueiros de Peixe - ACVAP, Protocolo no Livro nº 03, folha 99, sob nº 15.737, as 16:30 horas demonstrado no livro nº A-5, às folhas 151/164 sob nº 766, Peixe - TO 19/02/2025, nos seguintes termos:

Art. 52 – Todos os cargos que ocupa a diretoria da ACVAP serão exercidos gratuitamente, sendo vedado a remuneração da diretoria e não distribuir lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes ou associados.

E por estarem acordados, firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, destinando-se uma via para cada um dos interessados.

Peixe – TO 22 de Maio de 2025.

[Assinatura de Wesley Batista Ferreira]
WESLEY BATISTA FERREIRA
PRESIDENTE DA ACVAP

[Assinatura de Helder Henrique Pinto]
HELDER HENRIQUE PINTO
DIRETOR JURIDICO

AVERBAÇÃO
Prot. nº 15.753 fls. 115
livro 03 à margem do 766 av. 01
livro A-5 fls. 151/164 foi averbado 1º
Termo Aditivo ao Estatuto de
Criadores e Vaqueiros de Peixe
Peixe-TO, 22 / 05 / 2025
[Assinatura de Ana de Queiroz Cavalcante]
Ana de Queiroz Cavalcante - Oficial



Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos, Protestos e Tabelionato 2º de notas
Av. Oscar José da Silva, nº 541 - Centro - CEP 77460-000
Peixe - TO - Fone: (63) 3356-1565 - anaqueiroz.cav@ol.com.br

Nº SELO(S): 128108AAA109161-YZW, 128108AAA109162-ELP
CONSULTE EM: [HTTPS://GISE.TJTO.JUS.BR/GISE/gr](https://gise.tjto.jus.br/gise/gr)
RECONHEÇO POR SEMELHANÇA AS ASSINATURAS DE:
WESLEY BATISTA FERREIRA E HELDER HENRIQUE PINTO, DOU FÉ.
PEIXE-TO, 22/05/2025
EMOL.: R\$13,48 T.F.J.: R\$3,68 FUNC.: R\$2,60 ISS.: R\$0,40 TOTAL: R\$20,16

ANA DE QUEIROZ CAVALCANTE - TABELIA

QR CODE

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE SEM EMENDAS E/OU RASURAS

Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos, Protestos e Tabelionato 2º de notas
Av. Oscar José da Silva, nº 541 - Centro - CEP 77460-000
Peixe - TO - Fone: (63) 3356-1565 - anaqueiroz.cav@ol.com.br

Nº SELO: 128108AAA108288-BWX, 128108AAA108289-VTY
PEIXE-TO, 22/05/2025, PROTOCOLO: 15753
EMOL.: R\$16,78 T.F.J.: R\$8,93 FUNC.: R\$13,78 FSE.: R\$2,69 ISS.: R\$0,51 TOTAL: R\$42,69
[HTTPS://GISE.TJTO.JUS.BR/GISE/QR/C=128108AAA108288BV-BWX](https://gise.tjto.jus.br/gise/qr/c=128108AAA108288BV-BWX)

ANA DE QUEIROZ CAVALCANTE - TABELIA

QR CODE

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE SEM EMENDAS E/OU RASURAS



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 51.192.682/0001-12 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 31/05/2023
-----------------------------------------------------	-----------------------------------------------------	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE CRIADORES E VAQUEIROS DE PEIXE-ACVAP

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO DE CRIADORES E VAQUEIROS DE PEIXE-ACVAP	PORTE DEMAIS
----------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO R 05	NÚMERO SN	COMPLEMENTO QUADRA89 LOTE 16
--------------------	--------------	---------------------------------

CEP 77.460-000	BAIRRO/DISTRITO SETOR AEROPORTO	MUNICÍPIO PEIXE	UF TO
-------------------	------------------------------------	--------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO RURALTOCANTINS21@GMAIL.COM	TELEFONE (63) 8412-6239
---------------------------------------------------	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 31/05/2023
-----------------------------	------------------------------------------

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 01/07/2025 às 11:45:24 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO DE CRIADORES E VAQUEIROS DE PEIXE-ACVAP
CNPJ: 51.192.682/0001-12

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:00:40 do dia 19/03/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/09/2025.

Código de controle da certidão: **B191.7B4B.091A.511A**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ATESTADO DE REGULAR FUNCIONAMENTO

Eu, ROSANE NASCIMENTO BORGES FORTES, Vereadora, ATESTO O REGULAR FUNCIONAMENTO DA ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES E VAQUEIROS DE PEIXE – TO (ACVAP), sendo instrumento utilizado para atestar a regularidade formal e material da Associação citada, é o Atestado de regular funcionamento.

Ressaltamos que dentre outros aspectos, foi observado que a entidade está registrada no Cartório onde situa-se a sua sede, conforme orientação da Consolidação Normativa Notarial e Registral do Estado do Tocantins, e que já foi aprovada como utilidade pública Municipal.

Peixe-TO, 03 de Julho de 2025.


Rosane Nascimento Borges Fortes
Vereadora



ACVAP

Associação de Criadores e Vaqueiros de Peixe

ATA DE ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA DA ACVAP – ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES E VAQUEIROS DE PEIXE

Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, às 19 horas, reuniram-se na sede da Loja Rural Tocantins, no município de Peixe – TO, os membros e interessados na reestruturação da Associação de Criadores e Vaqueiros de Peixe (ACVAP), com o objetivo de eleger a nova diretoria da entidade para o biênio 2025-2027.

Durante a reunião, foi apresentada e aprovada por aclamação a chapa única para compor a diretoria da ACVAP, ficando definida da seguinte forma:

- Presidente: CPF: 003.344.241-00 – Wesley Batista Ferreira
- Vice-Presidente: CPF: 004.751.191-50 – Túlio Suarte Terêncio
- Tesoureiro: CPF: 008.008.031-67 – Helder Henrique Pinto
- Secretária: CPF: 040.413.601-02 – Edhuarda Victória Pinto de Queiroz
- Diretor de Obras: CPF: 005.798.451-41 – Rôney Alves Ribeiro
- Diretor Jurídico: CPF: 045.654.121-79/ OAB TO 9831 – Walter Paulo Moreira Dos Santos
- Diretor de Marketing: CPF: 037.234.041-54 – Gabriel Barbosa Nunes
- Diretor técnico: CPF: 051.014.631-75 – Iury Valério Terceiro

Ficou acordado que o mandato da diretoria eleita terá vigência de 04 (quatro) de junho de 2025 a 04 (quatro) de junho de 2027.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

Peixe – TO, 04 de junho de 2025.



ASSINATURAS:

[Signature: Wesley B. Ferreira]

Wesley Batista Ferreira – CPF: 003.344.241-00

Cartório do Registro de Pessoas Jurídicas,
Títulos, Documentos, Protestos e Tabelionato
2.º de Notas
Comarca de Peixe TO
Ana de Queiroz Cavalcante
Oficiala e Tabeliã

Reconheço
2.º Ofício

Chiliv Duarte Terencio

Reconheço
2.º Ofício

Tólio Suarte Terêncio – CPF: 004.751.191-50

Helder Henrique Pinto

Reconheço
2.º Ofício

Helder Henrique Pinto – CPF: 008.008.031-67

[Assinatura]

Reconheço
2.º Ofício

Edhuarda Victória Pinto de Queiroz – CPF: 040.413.601-02

[Assinatura]

Rôney Alves Ribeiro – CPF: 005.798.451-41

Documento assinado digitalmente
gov.br WALTER PAULO MOREIRA DOS SANTOS
Data: 03/07/2025 12:35:47-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

Reconheço
2.º Ofício

Walter Paulo Moreira Dos Santos – CPF: 045.654.121-79/ OAB TO 9.831

Gabriel Barbosa Nunes

Gabriel Barbosa Nunes - CPF: 037.234.041-54

Reconheço
2.º Ofício

Iury Valério Terencio

Iury Valério Terêncio – CPF: 051.014.631.75

Protocolo no livro n.º 03 às fls. 121
sob o n.º 15.765 às 14:00 horas demonstrado
no livro n.º A-6 às fls. 3132 sob n.º 787
Peixe-TO, 03 de 07 de 2025
Valquiria A. Borges
Ana de Queiroz Cavalcante
Oficiala e Tabeliã

CERTIDÃO

Certifico que dou fe, em virtude do pedido verbal
da pessoa interessada, que o título a que se refere
a presente via, foi registrado neste cartório sob o
n.º 787 fls. 31132 do livro n.º A-6
Peixe-TO, 03 de 07 de 2025
Valquiria A. Borges
Ana de Queiroz Cavalcante - Tabeliã

Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos, Protestos e Tabelionato 2.º de notas
Av. Oscar José da Silva, nº 541 - Centro- CEP 77460-000
Peixe - TO - Fone: (63) 3356-1565 - anaqueiroz.c@uol.com.br

Nº SELO: 128108AAA111540-KBG, 128108AAA111541-ARF
PEIXE-TO, 03/07/2025, PROTOCOLO: 15760
EMOL.: R\$125,91 TFFJ.: R\$31,30 FUNC.: R\$15,14 FSE.: R\$2,69 ISS.: R\$3,78 TOTAL: R\$178,82
[HTTPS://GISE.TJTO.JUS.BR/GISE/QR?C=128108AAA111540&V=KBG](https://gise.tjto.jus.br/gise/QR?C=128108AAA111540&V=KBG)

VALQUIRIA AIRES BORGES - OFICIAL SUBSTITUTA

"VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE SEM EMENDAS E/OU RASURAS"



Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos, Protestos e Tabelionato 2º de notas
Av. Oscar José da Silva, nº 541 - Centro - CEP 77460-000
Petrópolis - TO - Fone: (63) 3356-1565 - anaquiroza.c@wal.com.br

Nº SELO(S): 128108AAA111021-VVX, 128108AAA111022-FWA
CONSULTE EM: [HTTPS://GISE.TJTO.JUS.BR/Gise/ar](https://gise.tjto.jus.br/Gise/ar)
RECONHECO POR SEMELHANÇA AS ASSINATURAS DE:
WESLEY BATISTA MONTEIRO E TULIO SUARTE TEPÊNCIO, DOU FE.
PEIXE-TO, 03/07/2025
EMOL.: R\$13,48 T.F.J.: R\$3,68 FUNC.: R\$2,60 ISS: R\$0,40 TOTAL: R\$20,16

[Signature]

VALQUIRIA AIRES BORGES - OFICIAL SUBSTITUTA

"VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE SEM EMENDAS E/OU RASURAS"



Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos, Protestos e Tabelionato 2º de notas
Av. Oscar José da Silva, nº 541 - Centro - CEP 77460-000
Petrópolis - TO - Fone: (63) 3356-1565 - anaquiroza.c@wal.com.br

Nº SELO(S): 128108AAA111023-EIT, 128108AAA111024-LET
CONSULTE EM: [HTTPS://GISE.TJTO.JUS.BR/Gise/ar](https://gise.tjto.jus.br/Gise/ar)
RECONHECO POR SEMELHANÇA AS ASSINATURAS DE:
WELDER HENRIQUE PINTO E EDUARDA VICTORIA PINTO DE QUEIROZ, DOU FE.
PEIXE-TO, 03/07/2025
EMOL.: R\$13,48 T.F.J.: R\$3,68 FUNC.: R\$2,60 ISS: R\$0,40 TOTAL: R\$20,16

[Signature]

VALQUIRIA AIRES BORGES - OFICIAL SUBSTITUTA

"VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE SEM EMENDAS E/OU RASURAS"



Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos, Protestos e Tabelionato 2º de notas
Av. Oscar José da Silva, nº 541 - Centro - CEP 77460-000
Petrópolis - TO - Fone: (63) 3356-1565 - anaquiroza.c@wal.com.br

Nº SELO(S): 128108AAA111025-DVS, 128108AAA111026-RYC
CONSULTE EM: [HTTPS://GISE.TJTO.JUS.BR/Gise/ar](https://gise.tjto.jus.br/Gise/ar)
RECONHECO POR SEMELHANÇA AS ASSINATURAS DE:
RONEY ALVES RIBEIRO E GABRIEL BARBOSA NUNES, DOU FE.
PEIXE-TO, 03/07/2025
EMOL.: R\$13,48 T.F.J.: R\$3,68 FUNC.: R\$2,60 ISS: R\$0,40 TOTAL: R\$20,16

[Signature]

VALQUIRIA AIRES BORGES - OFICIAL SUBSTITUTA

"VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE SEM EMENDAS E/OU RASURAS"



Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos, Protestos e Tabelionato 2º de notas
Av. Oscar José da Silva, nº 541 - Centro - CEP 77460-000
Petrópolis - TO - Fone: (63) 3356-1565 - anaquiroza.c@wal.com.br

Nº SELO(S): 128108AAA111027-RKC
CONSULTE EM: [HTTPS://GISE.TJTO.JUS.BR/Gise/ar](https://gise.tjto.jus.br/Gise/ar)
RECONHECO POR SEMELHANÇA A ASSINATURA DE:
JURY VALÉRIO TERÊNCIO, DOU FE.
PEIXE-TO, 03/07/2025
EMOL.: R\$6,74 T.F.J.: R\$1,84 FUNC.: R\$1,30 ISS: R\$0,20 TOTAL: R\$10,08

[Signature]

VALQUIRIA AIRES BORGES - OFICIAL SUBSTITUTA

"VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE SEM EMENDAS E/OU RASURAS"





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

48381583/2025

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

WESLEY BATISTA FERREIRA

OU

CPF n. 003.344.241-00

Certidão emitida em 23/05/2025, às 11:14:31 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Tocantins.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Seção Judiciária: Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 21/05/2025, às 07:59:01.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 48381583

Código de Validação: 9CFB BD94 C6FD 2AC0 C770 9CDA EE73 6366

Data da Atualização: 21/05/2025, às 07:59:01





**PODER
JUDICIÁRIO**
ESTADO DO TOCANTINS

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO TOCANTINS



1ª INSTÂNCIA

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES CRIMINAIS

N. 202500054901

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes de acordo com o Anexo II, III e IV da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

Wesley Batista Ferreira

CPF n. 003.344.241-00

Certidão emitida em: 23/05/2025 14:39:42 (data e hora de Brasília)

Observações:

- a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida figura no pólo passivo da relação processual originária;
- b) Consulta pública realizada nos sistemas e-Proc, SPROC e SEEU (apenas execuções penais em desfavor da pessoa pesquisada que tramitem no âmbito deste Tribunal);
- c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente;
- d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de primeira instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados e processos de execuções fiscais;
- e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento n.º 11/2019 e Portaria n.º 94/2015, bem como suas alterações;
- f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço <https://app.tjto.jus.br/certidao/vc/MMVIX0GI>
- g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- h) Válida por 60 dias – Provimento n.º 11/2019 e alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, 23/05/2025 14:39:43

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: MMVIX0GI



<https://app.tjto.jus.br/certidao/vc/MMVIX0GI>



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: WESLEY BATISTA FERREIRA
CPF: 003.344.241-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:23:20 do dia 23/05/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 19/11/2025.

Código de controle da certidão: **93A5.09E3.35C3.5A4A**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão

6787140



Validador

92143900537873829155159765886625



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA FÍSICA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

NOME: WESLLEY BATISTA FERREIRA

CPF: 003.344.241-00

ENDEREÇO: RUA. 03, S/Nº, SETOR SUL II - ZONA URBANA

MUNICÍPIO: PEIXE - TO

FINALIDADE:

CADASTRO

HISTÓRICO:

NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço <http://www.to.gov.br/sefaz>

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente, o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Terça-feira, 24 de Junho de 2025 - 10h 14m 16s

Emitida Via INTERNET

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXE
FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA - CONTRIBUINTE

DADOS DO CONTRIBUINTE

Nome / Razão Social: WESLEY BATISTA FERREIRA
CPF/CNPJ: 003.344.241-00
Endereço: RUA 3, QD. 3, LT4
Bairro: SETOR SUL
Cidade: PEIXE-TO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Certifica-se, para os fins de direito, que o contribuinte supra citado, **NÃO POSSUI DÉBITOS AMIGÁVEIS OU AJUIZADOS**, de natureza tributária perante a Fazenda Pública Municipal, relativos aos tributos administrados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXE**, até a presente data.

Ressalvando o direito da Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas e constituídas, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Finalidade: Outras finalidades

Dados de Autenticação	QR Code
Certidão Número: 11450 - 1 Dispositivo Legal: Lei Complementar Nº 005/2014 Emitido em: 01/07/2025 Validade: 31/07/2025 Código Verificador: DB1JckALozLU	

terça-feira, 01 de julho de 2025



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

48381691/2025

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

TULIO SUARTE TERCENIO

OU

CPF n. 004.751.191-50

Certidão emitida em 23/05/2025, às 11:16:18 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Tocantins.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Seção Judiciária: Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 21/05/2025, às 07:59:01.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 48381691

Código de Validação: 2C50 F67B BCE7 AFE9 7B5E 0474 D4A8 B119

Data da Atualização: 21/05/2025, às 07:59:01





**PODER
JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS**



1ª INSTÂNCIA

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES CRIMINAIS

N. df5f085c

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes de acordo com o Anexo IV da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

TULIO SUARTE TERENCEIO

CPF n. 004.751.191-50

Certidão emitida em: 23/05/2025, às 11:21:07 (data e hora de Brasília)

Observações:

- a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquiridos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;
- b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;
- c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.
- d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de primeira instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.
- e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento n.º 11/2019, Portaria n.º 94/2015, bem como suas alterações;
- f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj
- g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento n.º 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 23/05/2025, 11:21:09



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: TULIO SUARTE TERENCEIO
CPF: 004.751.191-50

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:24:29 do dia 23/05/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 19/11/2025.

Código de controle da certidão: **571F.B16B.9C43.98CB**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão

6787249



Validador

92575934870756337565725781554957



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA FÍSICA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

NOME: TÚLIO SUARTE TERCENIO

CPF: 004.751.191-50

ENDEREÇO: AV. 20 DE JUNHO, QD. 34 LOTE 09, SETOR AEROPORTO

MUNICÍPIO: PEIXE - TO

FINALIDADE:

CADASTRO

HISTÓRICO:

NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço <http://www.to.gov.br/sefaz>

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente, o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Terça-feira, 24 de Junho de 2025 - 10h 24m 24s

Emitida Via INTERNET

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXE
FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA - CONTRIBUINTE

DADOS DO CONTRIBUINTE

Nome / Razão Social: TULIO SUARTE TERCENIO
CPF/CNPJ: 004.751.191-50
Endereço: RUA 20 DE JUNHO, QD. 34, LT9
Bairro: SETOR AEROPORTO
Cidade: PEIXE-TO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Certifica-se, para os fins de direito, que o contribuinte supra citado, **NÃO POSSUI DÉBITOS AMIGÁVEIS OU AJUIZADOS**, de natureza tributária perante a Fazenda Pública Municipal, relativos aos tributos administrados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXE**, até a presente data.

Ressalvando o direito da Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas e constituídas, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Finalidade: Outras finalidades

Dados de Autenticação	QR Code
Certidão Número: 11451 - 1 Dispositivo Legal: Lei Complementar N° 005/2014 Emitido em: 01/07/2025 Validade: 31/07/2025 Código Verificador: M8M4KAsegR6h	

terça-feira, 01 de julho de 2025



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

48381453/2025

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

HELDER HENRIQUE PINTO

OU

CPF n. 008.008.031-67

Certidão emitida em 23/05/2025, às 11:12:49 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Tocantins.

Observações:

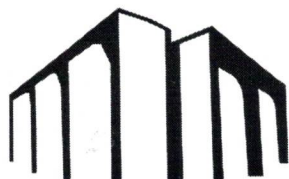
- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Seção Judiciária: Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 21/05/2025, às 07:59:01.
- Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 48381453

Código de Validação: 5916 58B9 8ADA 180A CE7C 2C7C 799D EEF6

Data da Atualização: 21/05/2025, às 07:59:01





**PODER
JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS**

1ª INSTÂNCIA

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES CRIMINAIS

N. 51e924c2

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes de acordo com o Anexo IV da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

HELDER HENRIQUE PINTO

CPF n. 008.008.031-67

Certidão emitida em: 23/05/2025, às 11:17:20 (data e hora de Brasília)

Observações:

- a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;
- b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;
- c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.
- d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de primeira instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.
- e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento nº 11/2019, Portaria nº 94/2015, bem como suas alterações;
- f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj
- g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento nº 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 23/05/2025, 11:17:22



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: HELDER HENRIQUE PINTO
CPF: 008.008.031-67

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:25:17 do dia 23/05/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 19/11/2025.

Código de controle da certidão: **3D86.DA9E.63D4.7AB8**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão

6787260



Validador

80380398705709899756859653808681



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA FÍSICA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

NOME: HÉLDER HENRIQUE PINTO

CPF: 008.008.031-67

ENDEREÇO: RUA PEDRO PINHEIRO, S/N, QD 06, LT 12, CENTRO

MUNICÍPIO: PEIXE - TO

FINALIDADE:

CADASTRO

HISTÓRICO:

NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço <http://www.to.gov.br/sefaz>

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente, o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Terça-feira, 24 de Junho de 2025 - 10h 25m 24s

Emitida Via INTERNET

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXE
FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

DIRLEG-AL
Fls. 39
gabriel

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA - CONTRIBUINTE

DADOS DO CONTRIBUINTE

Nome / Razão Social: HELDER HENRIQUE PINTO
CPF/CNPJ: 008.008.031-67
Endereço: RUA PEDRO PINHEIRO, Nº0, QD. 06, LT12
Bairro: CENTRO
Cidade: PEIXE-TO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Certifica-se, para os fins de direito, que o contribuinte supra citado, **NÃO POSSUI DÉBITOS AMIGÁVEIS OU AJUIZADOS**, de natureza tributária perante a Fazenda Pública Municipal, relativos aos tributos administrados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXE**, até a presente data.

Ressalvando o direito da Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas e constituídas, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Finalidade: Outras finalidades

Dados de Autenticação	QR Code
<p>Certidão Número: 11452 - 1</p> <p>Dispositivo Legal: Lei Complementar Nº 005/2014</p> <p>Emitido em: 01/07/2025</p> <p>Validade: 31/07/2025</p> <p>Código Verificador: g1Gj0nAG7q7Z</p>	

terça-feira, 01 de julho de 2025



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

48381633/2025

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

EDHUARDA VICTORIA PINTO DE QUEIROZ

OU

CPF n. 040.413.601-02

Certidão emitida em 23/05/2025, às 11:15:26 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Tocantins.

Observações:

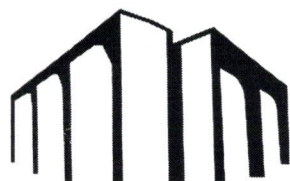
- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Seção Judiciária: Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 21/05/2025, às 07:59:01.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 48381633

Código de Validação: 772A 6555 8998 C556 348A ADAC 8BA8 17BA

Data da Atualização: 21/05/2025, às 07:59:01





**PODER
JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS**



1ª INSTÂNCIA

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
AÇÕES E EXECUÇÕES CRIMINAIS**

N. 7096d890

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes de acordo com o Anexo IV da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

EDHUARDA VICTORIA PINTO DE QUEIROZ

CPF n. 040.413.601-02

Certidão emitida em: 23/05/2025, às 11:19:43 (data e hora de Brasília)

Observações:

- a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;
- b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;
- c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.
- d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de primeira instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.
- e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento n.º 11/2019, Portaria n.º 94/2015, bem como suas alterações;
- f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj
- g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento n.º 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 23/05/2025, 11:19:45



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: EDHUARDA VICTORIA PINTO DE QUEIROZ
CPF: 040.413.601-02

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:24:00 do dia 23/05/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 19/11/2025.

Código de controle da certidão: **047F.EA8C.CB4E.3B61**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão

6787277



Validador

77957303877506560971706692978569



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA FÍSICA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

NOME: EDHUARDA VICTORIA PINTO DE QUEIROZ

CPF: 040.413.601-02

ENDEREÇO: RUA NEWTON CAVALCANTE, S/N, CENTRO - ZONA URBANA

MUNICÍPIO: PEIXE - TO

FINALIDADE:

CADASTRO

HISTÓRICO:

NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço <http://www.to.gov.br/sefaz>

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente, o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Terça-feira, 24 de Junho de 2025 - 10h 26m 48s

Emitida Via INTERNET

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXE
FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA - CONTRIBUINTE

DADOS DO CONTRIBUINTE

Nome / Razão Social: EDHUARDA VICTORIA PINTO DE QUEIROZ
CPF/CNPJ: 040.413.601-02
Endereço: RUA NEWTON CAVALCANTE, Nº871
Bairro: CENTRO
Cidade: PEIXE-TO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Certifica-se, para os fins de direito, que o contribuinte supra citado, **NÃO POSSUI DÉBITOS AMIGÁVEIS OU AJUIZADOS**, de natureza tributária perante a Fazenda Pública Municipal, relativos aos tributos administrados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXE**, até a presente data.

Ressalvando o direito da Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas e constituídas, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Finalidade: Outras finalidades

Dados de Autenticação	QR Code
Certidão Número: 11453 - 1 Dispositivo Legal: Lei Complementar Nº 005/2014 Emitido em: 01/07/2025 Validade: 31/07/2025 Código Verificador: ZD3PHQ8LAZ2H	

terça-feira, 01 de julho de 2025



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

49635533/2025

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

RONEY ALVES RIBEIRO

OU

CPF n. 005.798.451-41

Certidão emitida em 03/07/2025, às 09:55:10 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Tocantins.

Observações:

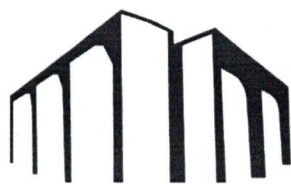
- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Seção Judiciária: Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 03/07/2025, às 08:16:36.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 49635533

Código de Validação: 9645 0162 B74C A08F EDDD F347 95E2 33AC

Data da Atualização: 03/07/2025, às 08:16:36





**PODER
JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS**



**2ª INSTÂNCIA
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
AÇÕES E EXECUÇÕES CRIMINAIS**

N. debbd399

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes de acordo com o Anexo IV da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

RONEY ALVES RIBEIRO

CPF n. 005.798.451-41

Certidão emitida em: 03/07/2025, às 09:56:09 (data e hora de Brasília)

Observações:

- a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquiridos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;
- b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;
- c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.
- d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de segunda instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.
- e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento n.º 11/2019, Portaria n.º 94/2015, bem como suas alterações;
- f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço https://eproc2.tjto.jus.br/eprocV2_prod_2grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj
- g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento n.º 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 03/07/2025, 09:56:10



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RONEY ALVES RIBEIRO
CPF: 005.798.451-41

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:09:23 do dia 03/07/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 30/12/2025.

Código de controle da certidão: **75BD.EDCB.C9F4.6C07**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão

6823411



Validador

97356954745598412386029069652052



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA FÍSICA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

NOME: RÔNEY ALVES RIBEIRO

CPF: 005.798.451-41

ENDEREÇO: RUA JOSE XAVIER NUNES, Nº 157, CASA 02, CENTRO

MUNICÍPIO: PEIXE - TO

FINALIDADE:

CADASTRO

HISTÓRICO:

NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço <http://www.to.gov.br/sefaz>

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente, o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Quinta-feira, 3 de Julho de 2025 - 10h 04m 07s

Emitida Via INTERNET

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXE
FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA - CONTRIBUINTE

DADOS DO CONTRIBUINTE

Nome / Razão Social: RONEY ALVES RIBEIRO
CPF/CNPJ: 005.798.451-41
Endereço: RUA JOSE XAVIER NUNES, Nº0, LT0
Bairro: SETOR RODOVIARIO
Cidade: PEIXE-TO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Certifica-se, para os fins de direito, que o contribuinte supra citado, **NÃO POSSUI DÉBITOS AMIGÁVEIS OU AJUIZADOS**, de natureza tributária perante a Fazenda Pública Municipal, relativos aos tributos administrados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXE**, até a presente data.

Ressalvando o direito da Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas e constituídas, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Finalidade: 005.798.451-41

Dados de Autenticação	QR Code
Certidão Número: 11469 - 1 Dispositivo Legal: Lei Complementar Nº 005/2014 Emitido em: 03/07/2025 Validade: 02/10/2025 Código Verificador: sKtJ1441617i	

quinta-feira, 03 de julho de 2025



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

49636394/2025

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

WALTER PAULO MOREIRA DOS SANTOS

OU

CPF n. 045.654.121-79

Certidão emitida em 03/07/2025, às 10:11:59 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Tocantins.

Observações:

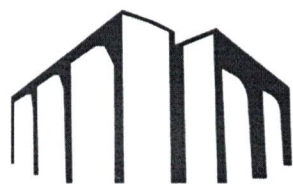
- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Seção Judiciária: Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 03/07/2025, às 08:16:36.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 49636394

Código de Validação: F1E4 139F F98F D45C 2E7F 9D78 73F9 2347

Data da Atualização: 03/07/2025, às 08:16:36





**PODER
JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS**

2ª INSTÂNCIA

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS

N. c2d85976

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes de acordo com o Anexo IV da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

WALTER PAULO MOREIRA DOS SANTOS

CPF n. 045.654.121-79

Certidão emitida em: 03/07/2025, às 10:12:41 (data e hora de Brasília)

Observações:

- a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;
- b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;
- c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.
- d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de segunda instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.
- e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento n.º 11/2019, Portaria n.º 94/2015, bem como suas alterações;
- f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço https://eproc2.tjto.jus.br/eprocV2_prod_2grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj
- g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento n.º 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 03/07/2025, 10:12:41



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: WALTER PAULO MOREIRA DOS SANTOS
CPF: 045.654.121-79

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:39:16 do dia 24/03/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 20/09/2025.

Código de controle da certidão: **6583.4F6B.641F.6A56**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA**

Número da Certidão

6823473



Validador

24707069415785779759660877853990



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA FÍSICA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

NOME: WALTER PAULO MOREIRA DOS SANTOS

CPF: 045.654.121-79

ENDEREÇO: AVENIDA NAPOLEÃO DE QUEIROZ, 678, CENTRO

MUNICÍPIO: PEIXE - TO

FINALIDADE:

CADASTRO

HISTÓRICO:

NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço <http://www.to.gov.br/sefaz>

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente, o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

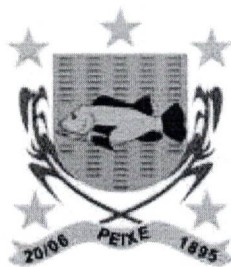
Data Emissão: Quinta-feira, 3 de Julho de 2025 - 10h 14m 21s

Emitida Via INTERNET

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXE
FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA - CONTRIBUINTE

DADOS DO CONTRIBUINTE

Nome / Razão Social: WALTER PAULO MOREIRA DOS SANTOS
CPF/CNPJ: 045.654.121-79
Endereço: Avenida NAPOLEÃO DE QUEIROZ, Nº618, LT0
Bairro: SETOR RODOVIÁRIO
Cidade: PEIXE-TO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Certifica-se, para os fins de direito, que o contribuinte supra citado, **NÃO POSSUI DÉBITOS AMIGÁVEIS OU AJUIZADOS**, de natureza tributária perante a Fazenda Pública Municipal, relativos aos tributos administrados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXE**, até a presente data.

Ressalvando o direito da Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas e constituídas, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Finalidade: Outras finalidades

Dados de Autenticação	QR Code
Certidão Número: 11464 - 1 Dispositivo Legal: Lei Complementar Nº 005/2014 Emitido em: 03/07/2025 Validade: 02/08/2025 Código Verificador: X7QKixD9ItSu	

quinta-feira, 03 de julho de 2025



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

49640594/2025

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

GABRIEL BARBOSA NUNES

OU

CPF n. 037.234.041-54

Certidão emitida em 03/07/2025, às 11:21:36 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Tocantins.

Observações:

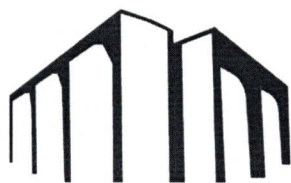
- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Seção Judiciária: Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 03/07/2025, às 08:16:36.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 49640594

Código de Validação: 06F1 AD23 2E6F A4D0 7A7A 4F69 41FF F81B

Data da Atualização: 03/07/2025, às 08:16:36





**PODER
JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS**



**2ª INSTÂNCIA
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS**

N. 91a3c51e

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes de acordo com o Anexo IV da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

GABRIEL BARBOSA NUNES

CPF n. 037.234.041-54

Certidão emitida em: 03/07/2025, às 11:22:07 (data e hora de Brasília)

Observações:

- a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquiridos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;
- b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;
- c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.
- d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de segunda instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.
- e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento nº 11/2019, Portaria nº 94/2015, bem como suas alterações;
- f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço https://eproc2.tjto.jus.br/eprocV2_prod_2grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj
- g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento nº 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 03/07/2025, 11:22:07



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: GABRIEL BARBOSA NUNES
CPF: 037.234.041-54

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:23:31 do dia 03/07/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 30/12/2025.

Código de controle da certidão: **E6E0.972A.BBD4.A9DB**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão

6823895



Validador

69078969622012997989042349688150



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA FÍSICA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

NOME: GABRIEL BARBOSA NUNES

CPF: 037.234.041-54

ENDEREÇO: HONORINDA PEREIRA DE MELO QD 09 LOTE 28 28 CASA, AEROPORTO 2 ETAPA

MUNICÍPIO: PEIXE - TO

FINALIDADE:

CADASTRO

HISTÓRICO:

NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço <http://www.to.gov.br/sefaz>

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente, o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

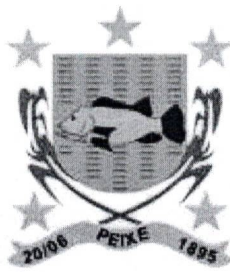
Data Emissão: Quinta-feira, 3 de Julho de 2025 - 11h 24m 46s

Emitida Via INTERNET

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXE
FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA - CONTRIBUINTE

DADOS DO CONTRIBUINTE

Nome / Razão Social: GABRIEL BARBOSA NUNES
CPF/CNPJ: 037.234.041-54
Endereço: Nenhum
Bairro: Sem Bairro
Cidade: Nenhum-TO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Certifica-se, para os fins de direito, que o contribuinte supra citado, **NÃO POSSUI DÉBITOS AMIGÁVEIS OU AJUIZADOS**, de natureza tributária perante a Fazenda Pública Municipal, relativos aos tributos administrados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXE**, até a presente data.

Ressalvando o direito da Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas e constituídas, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Finalidade: Outras finalidades

Dados de Autenticação	QR Code
Certidão Número: 11467 - 1 Dispositivo Legal: Lei Complementar N° 005/2014 Emitido em: 03/07/2025 Validade: 02/08/2025 Código Verificador: IZLITO8IICY7	

quinta-feira, 03 de julho de 2025



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

49618364/2025

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

IURY VALERIO TERCENIO

OU

CPF n. 051.014.631-75

Certidão emitida em 02/07/2025, às 16:47:12 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Tocantins.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Seção Judiciária: Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 02/07/2025, às 09:38:46.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 49618364

Código de Validação: D190 5683 F02F C75E 3893 039F F210 237E

Data da Atualização: 02/07/2025, às 09:38:46





**PODER
JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS**



**2ª INSTÂNCIA
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
AÇÕES E EXECUÇÕES CRIMINAIS**

N. aab152ee

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes de acordo com o Anexo IV da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

IURY VALERIO TERCENIO

CPF n. 051.014.631-75

Certidão emitida em: 02/07/2025, às 16:52:42 (data e hora de Brasília)

Observações:

- a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;
- b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;
- c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.
- d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de segunda instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.
- e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento nº 11/2019, Portaria nº 94/2015, bem como suas alterações;
- f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço https://eproc2.tjto.jus.br/eprocV2_prod_2grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj
- g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento nº 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 02/07/2025, 16:52:43



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: IURY VALERIO TERCENIO
CPF: 051.014.631-75

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:57:22 do dia 02/07/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 29/12/2025.

Código de controle da certidão: **FB6C.CC97.EF1A.EFAB**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA**

Número da Certidão

6822070



Validador

80676673172687330976569003670796



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA FÍSICA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

NOME: IURY VALÉRIO TERCENIO

CPF: 051.014.631-75

ENDEREÇO: CONJ HABITACIONAL EDILTON ALVES DE SOUZA, S/Nº, SETOR AEROPORTO - ZONA URBA

MUNICÍPIO: PEIXE - TO

FINALIDADE:

CADASTRO

HISTÓRICO:

NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço <http://www.to.gov.br/sefaz>

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente, o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

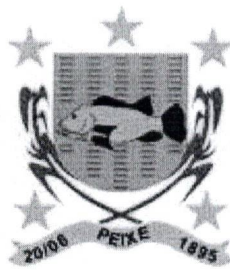
Data Emissão: Quarta-feira, 2 de Julho de 2025 - 17h 02m 48s

Emitida Via INTERNET

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXE
FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA - CONTRIBUINTE

DADOS DO CONTRIBUINTE


Nome / Razão Social: IURY VALERIO TERENCIO
CPF/CNPJ: 051.014.631-75
Endereço: AVENIDA PEDRO LUDOVICO, Nº1345
Bairro: SETOR RODOVIARIO
Cidade: PEIXE-TO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Certifica-se, para os fins de direito, que o contribuinte supra citado, **NÃO POSSUI DÉBITOS AMIGÁVEIS OU AJUIZADOS**, de natureza tributária perante a Fazenda Pública Municipal, relativos aos tributos administrados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXE**, até a presente data.

Ressalvando o direito da Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas e constituídas, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Finalidade: Outras finalidades

Dados de Autenticação	QR Code
Certidão Número: 11462 - 1 Dispositivo Legal: Lei Complementar Nº 005/2014 Emitido em: 02/07/2025 Validade: 01/08/2025 Código Verificador: QxFeSdZB2OTe	

quarta-feira, 02 de julho de 2025